

A anáfora no processamento textual

The anaphora in textual processing

Suzana Leite CORTEZ*

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO (UNICAP/BRASIL)

RESUMO

Entre os diferentes fenômenos da textualidade, a anáfora é comumente associada à retomada cotextual de um antecedente explícito. Mas a anáfora é necessariamente uma questão de retomada? Esta pergunta aparentemente simples sinaliza parte da problemática em que está inserido o conceito de anáfora, e sua resposta é uma questão central deste artigo. Assumindo posição específica no campo da Linguística Textual, a partir da teoria da referência, este artigo objetiva expor alguns aspectos bem conhecidos do processamento anafórico, tal como a noção de correferência, e principalmente discutir aspectos invocados pela ampliação do conceito de anáfora.

PALAVRAS-CHAVE: Formas nominais anafóricas. Objetos de discurso. Correferência e Ponto de vista.

*Sobre a autora ver página 29

ABSTRACT

Among the different textuality phenomena, anaphora is commonly associated to the co-textual recapture of an explicit antecedent. But is anaphora necessarily a recapture? This seemingly simple question signals part of the set of problems in which the concept of anaphora is entrenched, and its answer is one of this article's central queries. Specifically from a position in the field of Textual Linguistics, this article seeks to expose a few well-known aspects of the anaphoric process, such as the notion of coreference, and especially to discuss aspects invoked by the amplification of the concept of anaphora.

KEYWORDS: *Nominal anaphoric forms. Objects of discourse. Coreference and Point of view.*

1 Anáfora, processamento textual e referência

Discutir o processamento textual da anáfora no âmbito da Linguística Textual implica não apenas evocar as noções tradicionais de correferência e de retomada, mas apresentá-lo à luz dos estudos da teoria da referência. Este é um dos objetos deste artigo concomitante à necessidade de mostrar que o processamento da anáfora não se reduz à materialidade textual, envolvendo aspectos de ordem cognitiva e axiológica. Como consequência, este artigo analisa o processamento da anáfora em gêneros da mídia escrita, mostrando que tal processamento pode ser associado à abordagem enunciativo-interacional do ponto de vista. Para tanto, faremos, primeiramente, uma breve explanação de aspectos envolvidos no entendimento da anáfora, para, em seguida, revisar e apresentar análises mais diretamente relacionadas à associação que se propõe neste trabalho.

Os estudos sobre anaforização, até meados da década de 80, caracterizavam-se por certo consenso no que diz respeito ao tratamento da anáfora, para o qual imperava um modelo substitutivo-tradicional. Reservada à função de mero substituidor, a anáfora era tratada como simples retomada de elementos a nível estritamente linguístico em

concordância sintática ao antecedente explícito na cotextualidade. No entanto, o aparecimento de diferentes denominações, tais como, “anáfora atípica” (APOTHÉLOZ, 1995), “anáfora associativa” (KLEIBER, 1994) e “anáfora indireta”¹ (MARCUSCHI, 2005) sinalizaram uma mudança metodológica e teórica do estudo da anáfora a partir da década de 90.

A insustentabilidade do consenso teórico-metodológico quanto ao estudo da anáfora veio à tona, abrindo espaço para múltiplos pontos de dissensão, que muito contribuíram para a ampliação de seu conceito, revelando a complexidade do processamento anafórico. Nesse sentido, o estudo da anáfora pôde ser considerado como “um campo em plena renovação teórica e metodológica com concepções e abordagens de horizontes e temperamentos diversos” (KLEIBER, 1994, p. 8). Estes pontos de dissensão dizem respeito não apenas à definição do fenômeno anafórico, mas também à forma de conceber os processos de interpretação referencial e o estatuto dos mecanismos de interpretação, assim como a descrição dos dados anafóricos e diferentes expressões, como aponta Kleiber (1994).

Muito mais do que uma relação direta ou textual com o seu antecedente, a relação anafórica passou a ser analisada como uma relação que se funda contextualmente por meio de fatores não apenas linguísticos, mas, sobretudo, pragmáticos, sociointeracionais e cognitivos. O fragmento de texto² abaixo, extraído de uma carta pessoal, evidencia tal constatação:

(1)

A aula de geografia eu entendo muito. Mas **eles** estão dando vegetação, ou seja, a Amazônia esta incluída, e eu não gosto do jeito que a galera fala do Brasil, eu odeio! Amanhã, eu começo a treinar vôlei, a treinadora disse que eu vou ter que esquentar banco porque **elas** já tem um time completo. Mas eu tenho certeza que vou sair rapidinho do banco, eu posso fazer melhor que **elas** (NELFE. E342).

¹ Este termo foi utilizado primeiramente por Schwarz (2000), em *Indirekte Anaphern in Texten. Studien zur domänengebundenen referenz und Kohärenz im deutschen*. Tübingen, Niemeyer.

² O texto mencionado é parte integrante do *corpus* do “Núcleo de Estudos Linguísticos sobre a Fala e a Escrita” (NELFE), sediado na Universidade Federal de Pernambuco.

A ocorrência de um “pronomo livre” logo no início do trecho evidencia que a relação anafórica não é correferencial nem se apoia nas formas linguísticas de superfície, mas na memória discursiva. Desse modo, é possível transpor os limites cotextuais e identificar o referente no contexto da aula de geografia. O pronome “eles” pode designar os *professores* ou mesmo *a escola enquanto conjunto*, sendo uma prova de que o referente está tão bem organizado na mente do produtor do texto que ele pressupõe ser possível ao leitor identificá-lo e, portanto, não o explicita. Esse tipo de relação anafórica não acarreta qualquer comprometimento à coerência e à coesão textuais e pressupõe que o “objeto-de-discurso designado esteja incluso nas representações partilhadas pelos interlocutores” (REICHLER-BÉGUELIN, 1995). O mesmo acontece para a identificação do referente do pronome “elas”, que aparece duas vezes no final do texto. Ambos os pronomes referem-se às jogadoras de vôlei, o que fica ainda mais explícito na segunda ocorrência. Contudo, o referente anafórico não é exatamente idêntico, já que, para a referência anafórica da primeira ocorrência de “elas”, também pode ser identificada a treinadora de vôlei, referida anteriormente.

Esta análise do processamento anafórico, brevemente descrito, também pode ser aplicada à identificação de outro referente no fragmento abaixo, em que se observa um caso de ampliação referencial:

(2)

Por falar em ficar, eu já escrevi para umas 20 **faculdades** americanas pedindo bolsas **elas** me mandaram o APLICATION (ñ sei se escrevi certo) agora é fazer o “TOEFL” (você deve saber sobre esse teste, né?!) e torcer para que **eles** me aceitem.” (NELFE. E349).

Neste fragmento, o pronome “eles” poderia ser perfeitamente substituído por “elas” que expressa faculdades. Contudo, a ampliação referencial faz com que o “eles” designe não apenas as faculdades, mas as pessoas envolvidas na situação e que podem resolver o problema da bolsa. Dessa forma, não se evidencia uma relação anafórica

correferencial e cossignificativa. Houve, portanto, uma alteração morfosintática que, de forma alguma, compromete a interpretação do texto, e a coesão e coerência textuais. Contrariamente, esta relação anafórica seria interpretada como uma incongruência morfosintática pelo viés de uma perspectiva substitutivo-tradicional.

Estes fragmentos são exemplos de que existe uma diferença no modo de identificação referencial, a qual se dá contextualmente a partir de informações de origem situacional ou cognitivo-memorial. Assim, não há dúvida de que o modelo tradicional não resolve nem explica ocorrências como essas, já que a identificação referencial não se apoia nas formas linguísticas de superfície, porque busca o sentido na memória discursiva, por um tipo de operação cognitiva.

Não é sem razão, portanto, que o estudo da anáfora no Brasil vem há mais de uma década recebendo grande atenção dos estudiosos da referenciação (CAVALCANTE, 2012; KOCH, 2008; MARCUSCHI, 2007; CAVALCANTE et al, 2007; KOCH, MORATO e BENTES, 2005; CUNHA LIMA, 2003). Para Koch e Marcuschi (1997, p. 7), a retomada anafórica é a estratégia de progressão textual mais estudada e conhecida, mas não de todo compreendida ou mal compreendida. Ao enfatizar que a progressão referencial não se dá numa simples correlação anafórica, dada a impossibilidade de tratá-la a nível estritamente linguístico por um “modelo substitutivo-tradicional”³, Koch e Marcuschi dedicam-se a rediscutir a própria noção de anáfora pelo viés da *referenciação*.

No campo da Linguística Textual brasileira, especialmente, a teoria da referenciação, à luz de perspectivas sociocognitivas e interacionistas, vem há mais de uma década lançando reflexões sobre questões relativas ao processamento textual e à construção textual do sentido, das quais são inescapáveis discussões acerca da referência, dos objetos de discurso e das relações anafóricas. O problema da referência, sob a ótica não representacional, contribuiu para lançar novo olhar sobre a pauta de

³ Baseando-se em uma abordagem “cognitivo-memorial”, Reichler-Béguelin (1995) critica o “modelo substitutivo-tradicional” representativo de uma visão estreita de anáfora que privilegia a correferencialidade.

discussões acerca da “fabricação da realidade”⁴, redimensionando o papel dos sujeitos sociocognitivamente situados, que discretizam a realidade e dão sentido à língua e ao mundo.

Nesta direção, o tratamento da referência, inevitavelmente, estendeu-se sobre a dimensão do discurso, propondo novo olhar sobre as operações de designação, identificação e interpretação referencial e por consequência renovou a compreensão acerca do processamento anafórico. Isto se deu porque a referência passou a ser concebida e analisada como uma atividade discursiva, na qual estão implicados aspectos sociocognitivos, que por sua vez interferem no processamento da anáfora, condicionando as operações de designação/identificação de referentes.

Para Apothélos e Reichler-Béguelin (1995), não faz mais sentido falar em referentes mundanos ou objetos-de-mundo, se se entende que os sujeitos estão no centro da atividade de designação, manipulando o desenvolvimento no discurso daquilo que denominam de *objetos-de-discurso*. Para Mondada e Dubois (1995) e Mondada (2001), embora a questão da referência tenha sido historicamente concebida como um problema de representação do mundo, em termos de verdade e correspondência, essa questão deve ser deslocada para um tratamento que privilegie a relação intersubjetiva e social, na qual *versões do mundo são publicamente elaboradas e avaliadas pelos sujeitos enunciadores*. Por essa razão, as autoras passam a utilizar o termo *referenciação* para tratar da referência como um processo realizado no discurso, resultante não de uma ontologia dada, mas de práticas simbólicas complexas, que, numa dimensão intersubjetiva, são responsáveis por produzir a ilusão de um mundo objetivo. De acordo com elas, estas práticas não estão associadas a um sujeito cognitivo, abstrato e ideal, solitário face ao mundo, mas à construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade de negociações e modificações de concepções públicas do mundo.

Essa postura teórica possibilita um olhar atento para a progressão dos referentes no texto, como fazem Marcuschi e Koch (1998) e Koch

⁴ Termo utilizado por BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

e Marcuschi (1997). É nessa *progressão referencial*, que diz respeito à introdução, identificação, preservação, continuidade e retomada dos referentes, que estes se encadeiam para o desenvolvimento do tópico e a construção da coesão e da coerência, conforme estes autores, que admitem a dinamicidade dos objetos-de-discurso na progressão textual. Como explica Koch (2002), uma vez introduzidos, os objetos podem ser modificados, desativados, reativados, recategorizados, contribuindo para (re)construir o sentido no curso da progressão textual. Esta, por sua vez, não se dá numa continuidade linear, como se o texto fosse processado em uma soma progressiva de partes, mas, segundo Koch, numa oscilação entre dois movimentos: um para frente e outro para trás, que em parte são representados pela catáfora e anáfora, respectivamente.

Nesse sentido, a anáfora pode ser entendida como um grande movimento textual “retrospectivo” que participa da estruturação do texto, contudo, interessa saber quais os aspectos envolvidos nessa retrospectiva e como ela se constitui.

2 Relações anafóricas: anáforas diretas e indiretas

Conceber a anáfora como um aspecto importante da progressão referencial, leva automaticamente a situá-la como um fator importante não apenas para a continuidade tópica e coesão textual, mas para a construção da coerência, o que envolve fatores linguísticos e sociocognitivos que são mobilizados na interação.

A questão da *interpretação referencial* torna-se, então, crucial para o entendimento e a observação da anáfora. Dito de outro modo, a anáfora é em grande medida um fator de interpretação referencial, a qual está diretamente relacionada aos procedimentos de determinação e identificação do referente, o que pôde ser visto nos exemplos apresentados anteriormente. Ao demais, isto implica considerar que o texto é uma rede dinâmica, coconstruída, dialógica, tecida em boa medida por referentes que configuram a progressão textual numa rede dinâmica em que se destacam as relações anafóricas nominais e pronominais.

Para Marcuschi (2004), ampliar a noção de anáfora implica necessariamente considerar, que os processos cognitivos e estratégias inferenciais são decisivos na atividade de textualização, o que acaba por afetar o entendimento de como se instaura a coerência no texto. Sendo uma “operação cognitiva”, a coerência não pode ser vista como uma propriedade do texto, nem como resultante do encadeamento do enunciado (MARCUSCHI, 2004, p. 58). A coerência é muito mais uma questão de relação entre indivíduos operando com e sobre o texto, e por isso deve ser encarada de modo processual e não como algo estanque ou apriorístico.

Tal consideração acarreta uma série de consequências para a compreensão da anáfora, possibilitando uma observação mais atenta e especializada de suas ocorrências, como fazem Koch (2002) e Marcuschi (2005). Para o esclarecimento de particularidades que envolvem seu processamento, esses autores distinguem as anáforas em anáforas diretas (AD) e anáforas indiretas (AI). Em termos gerais, é possível dizer que a correferência é um fator importante, embora não seja suficiente para entender essa distinção. Em geral, as AD são correferenciais na medida em que solicitam um antecedente explícito, um referente pontual na superfície do texto (aqui se incluem as anáforas em sentido estrito). Porém, existem as AD que, mesmo solicitando um antecedente no cotexto, não operam correferencialmente, mas apenas por recategorização lexical. Já as AI são sempre não correferenciais, pois ao invés de solicitarem um antecedente no cotexto, apoiam-se em “âncoras”⁵ textuais, que funcionam como elementos ou informações suporte para a interpretação referencial.

O tratamento dado às AD, ao privilegiar a noção de correferencialidade, é válido para tratar das anáforas nominais que se estabelecem por relação de sinonímia ou que se processam por repetição lexical. Nestes casos, há uma relação explícita entre anáfora e antecedente textual, sendo a AD uma espécie de “substituto” do termo retomado. Essa identidade referencial funda-se por um tipo de relação semântica já estabelecida, caso de sinonímia, que se renova no discurso em função do encadeamento referencial, como no texto abaixo, em que se observa

⁵ Termo utilizado por Schwarz (2000).

a retomada do termo “remédios” por “medicamentos”. Já os termos “álcool”, “conselho” e “teor” são retomados por repetição, sendo não apenas correferenciais, mas também cossignificativos, porque, *grosso modo*, significam a mesma coisa.

(3)

Há uma informação no rótulo dos **remédios** a que pouca gente presta atenção: o teor de **álcool** contido nos produtos. **O Conselho** Federal de Farmácia está bastante preocupado com o assunto. O órgão encaminhou um pedido ao Ministério da Saúde para que a taxa máxima de **álcool** nos **medicamentos** seja regulada por lei. **O conselho** quer que, no caso dos medicamentos infantis, o teor não ultrapasse os 5%. Nos outros remédios, não deve ficar além dos 10%. Acima disso, afirmam os especialistas, a substância pode causar dependência em quem precisa utilizar **medicamentos** com frequência. (Álcool sob controle. *Vêja*, 10/05/2000.)

Interessante notar que os referentes “remédios”, “conselho” e “álcool” (destacados em negrito) são também retomados por meio de “glosas realizadas pelo uso de um hiperônimo” que, segundo Koch (2004), atualizam o conhecimento sobre o referente por uma espécie de paráfrase definicional. Em outros termos, o referente é retomado pela sua definição convencional, algo enciclopédico e dicionarizado, que o identifica em um conjunto mais amplo, isto é, a categoria semântica da qual faz parte e por isso não pode ser considerado correferencial nem cossignificativo. Assim, os anafóricos “os produtos”, “o órgão” e “a substância” (destacados em sublinhado) retomam respectivamente os referentes “os remédios”, “o conselho” e “álcool”, sendo casos de AD.

Observam-se, ainda, neste texto, dois casos de AI. É o que acontece com as expressões nominais “o assunto” e “os especialistas”:

(3.2) “O Conselho Federal de Farmácia está bastante preocupado com **o assunto**”.

(3.2) “Acima disso, afirmam **os especialistas**, a substância pode causar dependência em quem precisa utilizar medicamentos com frequência”.

O enunciado (3.1) encapsula as informações anteriores, rotulando-as por um nome genérico “assunto”. Neste caso, a expressão reativa um referente imediatamente tematizado, sendo responsável pela continuidade referencial, ao passo que o enunciado (3.2) é um caso semelhante à anáfora pronominal do exemplo (1), em que o pronome “eles” refere-se a um conjunto de indivíduos do universo escolar. Particularmente, em relação ao exemplo (3), observa-se a referência ao universo das pessoas que integram o conselho de farmácia e que, como estudosas, entendem os riscos do teor desta substância para os consumidores. Aqui se configura um caso de inserção de referente ou *ativação referencial*.

A *ativação* e a *reativação*, como funções discursivo-cognitivas das formas nominais referenciais, são duas operações básicas ou princípios de referenciação envolvidos na construção de um modelo textual (cf. KOCH, 2002). A ativação implica a introdução de um referente textual até então não mencionado que passa a preencher um “nódulo” ou “endereço cognitivo” na rede conceptual do mundo textual em que o referente fica saliente. Já a reativação acontece quando um nódulo já introduzido é reativado por uma forma referencial na memória de curto prazo de tal modo que o referente permanece saliente. Desse modo, “endereços ou locações cognitivas podem ser modificados ou expandidos pelo acréscimo de informações e/ou predicções acerca do referente” (KOCH, 2002, p. 83).

2.2 Anáforas: formas remissivas que assinalam pontos de vista

As anáforas como formas remissivas que atuam na coesão referencial, constituem recursos coesivos dos mais produtivos da textualidade, segundo esclarece Koch (1999). As formas remissivas referenciais podem ser não apenas sinônimos e repetições, mas também rotulações no nível metalinguístico, hiperônimos e hipônimos, grupos nominais definidos e nominalizações.

As formas referenciais hipônimas e hiperônimas, casos de AI, podem ser observadas no trecho (4) a seguir. A expressão anafórica

“os automóveis” retoma “veículos” por uma relação de hiponímia e as expressões “os motoristas” e “os moradores e comerciantes da região” referem-se a uma parcela dos “recifenses”, retomando-os indiretamente, pela relação de hiponímia; já a expressão “o líquido” retoma “água” por relação de hiperonímia.

(4)

Os **recifenses** amanheceram debaixo d’água. Os **motoristas** que trafegaram pelas principais vias da cidade passaram por vários transtornos, ontem, por conta dos vários pontos de alagamentos. Nos corredores onde o fluxo de veículos é intenso, notou-se uma lentidão maior que a normal, isso porque os condutores ficavam receosos em passar com **os veículos** pelas avenidas repletas de **água**, por medo de quebrar **os automóveis**. A Prefeitura do Recife, por sua vez, informou que as obras para evitar *esse tipo de contratempo* continuam sendo realizadas.

Tradicionalmente conhecida por conta dos alagamentos, a avenida Maria Irene, no Jordão, voltou a preocupar **os moradores e comerciantes da região**. No entanto, eles reconhecem que **o líquido**, desta vez, escoou mais rápido (**Chuvas foram as maiores registradas no ano**. *Folha de Pernambuco*, 08/06/2006.)

Interessa destacar nessa análise é o grupo nominal definido “esse tipo de contratempo” (em itálico) constitui uma AI com função encapsuladora de informações precedentes que contribui para a orientação argumentativa do texto. A expressão anafórica, ao evidenciar escolha e seleção das propriedades do referente que interessam ser destacadas pelo jornalista, revela seu ponto de vista acerca da situação (cf. CORTEZ, 2011). Em certos casos, ocorre introdução de novas informações sobre o referente, que tal como temos estudado contribuem para perspectivar o discurso, assinalando o ponto de vista do locutor acerca do tópico e/ou do objeto referido. É o caso das expressões “o mais famoso conjunto de arte rupestre do mundo” e “esse tesouro da humanidade” no trecho (5) abaixo:

(5)

[...] o complexo de cavernas Lascaux, no sul da França, abriga **o mais famoso conjunto de arte rupestre do mundo**. Nas paredes de suas sete galerias, pinturas feitas com óxido de ferro, carvão ou calcário há 17000 anos mostram touros monumentais de 4 metros de comprimento, já extintos, cavalos e renas. [...]. **Esse tesouro da humanidade** está agora correndo perigo. Um fungo se espalha rapidamente pelo chão e pelas paredes das galerias, [...], e até agora os responsáveis pela manutenção de Lascaux não conseguiram uma solução para deter **seu avanço** (Perigo nas cavernas. *Veja*, 17/05/06).

Neste trecho, há também ocorrência de *nominalização*. É o caso da anáfora indireta “esse avanço” que tem como âncora o verbo “espalhar”. Este conjunto de exemplos demonstra que *a atividade de remissão não é necessariamente correferencial*, e para seu entendimento é preciso levar em conta algum tipo de relação - semântica, cognitiva, pragmática. Para Koch (2002), a determinação referencial se dá como um processamento da referência com os demais elementos do cotexto ou mesmo do contexto, mas não necessariamente como retomada correferencial. Retomar, para a autora, é uma atividade de continuidade de um núcleo referencial que não implica referentes estáveis e pode se realizar por uma relação de identidade ou não. A retomada implica algum tipo de relação direta, seja por identidade material, caso da correferenciação, seja pela não identidade material, caso da associação.

Assim, a ampliação do conceito de anáfora não se restringe a relações estabelecidas por pronomes, o que permite voltar atenção às diversas formas nominais anafóricas, que conforme visto, podem ser constituídas por: i) um nome núcleo e determinantes, ii) nome núcleo e modificadores ou iii) nome núcleo, determinantes e modificadores. Como mostra Koch (2002), os determinantes podem ser artigos definidos, indefinidos e pronomes demonstrativos; e os qualificadores podem ser orações adjetivas ou modificadores axiológicos, positivos ou negativos, daí a relação com a noção de *ponto de vista* (cf. RABATEL, 2005) assinalada anteriormente. Já o nome núcleo pode ser genérico,

metalinguístico ou metadiscursivo, metonímico ou meronímico, e ainda metafórico. As expressões “a danada” e “a bicha”, no trecho (6) abaixo, operam por núcleo metafórico:

(6)

Uma boca-de-lobo destampada, na via que dá acesso “à rua do Lazer”, da Unicap, chama a atenção pelo tamanho d **a danada**. **A bicha** é imensa e cabe um caminhão. Com medo de acidente fatal, enfiaram uma tora de madeira (Carta do leitor. *Folha de Pernambuco*, 10/04/06).

Os nomes núcleos metafóricos destacados neste trecho recategorizam o referente e produzem efeitos de sentido (ironia, humor, descortesia, etc.) muito expressivos no discurso. Por meio disto, o locutor-leitor expressa sua crítica e representa seu ponto de vista acerca da “boca-de-lobo”. Esse objeto, por sua vez, não é uma boca-de-lobo interpretada no sentido usual (dicionarizado). Não sendo correferenciais, os núcleos metafóricos “danada” e “bicha” não operarem em estado de dicionário, já que perspectivam o objeto de discurso e o próprio discurso, pondo em evidência a relação do locutor com o objeto referido, ou seja: a forma como ele apreende um objeto de discurso e constrói/apresenta seu ponto de vista (RABATEL, 2005; CORTEZ, 2011). Por consequência disso, essas formas anafóricas também contribuem para a manifestação da subjetividade, revelando neste gênero de discurso (carta do leitor), o seu estado emocional e identidade sociocultural (“enfiaram uma tora de madeira”).

Outra forma de expressar o ponto de vista do locutor por meio da retomada anafórica, dá-se através de núcleos que contêm *denominação reportada*. No trecho (7) abaixo, ocorre remissão nominal por denominação reportada, através da expressão “sua blindagem teflon”:

(7)

Tucanos, quando querem referir-se à vulnerabilidade do governador a ataques de adversários, costumam brincar que Alckmin é como uma panela com teflon: nada gruda nele.

Coincidentemente, porém, o governador só decidiu retomar o projeto de Covas depois que a ex-prefeita Marta Suplicy começou a usar a Febem para atacá-lo politicamente. Sinal de que o tucano pode estar começando a duvidar da eficácia de **sua blindagem teflon** (*Veja*, edição 1897. 23/03/2005)

Ao utilizar o termo “teflon”, o jornalista constrói seu ponto de vista apropriando-se criticamente – e de forma irônica –, do ponto de vista dos partidários do governo de São Paulo sobre a invulnerabilidade do governador. Do mesmo modo, o termo blindagem assinala a interpretação e a crítica do locutor sobre essa característica do governador.

Tal como mostram os exemplos (6) e (7), a função das formas nominais não é apenas referir, pois elas contribuem para (re)elaborar o sentido, indicando pontos de vista, assinalando orientações argumentativas e recategorizando objetos presentes na memória discursiva. Por essa razão, Koch (2002, p. 106) concebe as anáforas nominais como “multifuncionais”.

Através da recategorização, as anáforas podem operar ajustes conceituais ou modificações semânticas nos objetos-de-discurso, no momento da retomada, tal como ocorre nos exemplos (6) e (7). No entanto, esta função não pode ser considerada uma regra, tal como analisam Koch e Marcuschi (1998, p. 10).

No caso das anáforas em sentido estrito, é comum a retomada do termo antecedente sem que se considerem as transformações sofridas ao longo do discurso ou informações novas que foram atribuídas ou predicadas em porção anterior, como acontece no trecho (8) abaixo, em que forma remissiva *os jovens* retoma *estudantes*:

(8)

O Centro do Recife voltou a ser alvo de baderna e vandalismo, no segundo dia de protestos de estudantes para forçar o Estado a reduzir o valor das passagens de ônibus, que sofreu reajuste médio de 9,55% no último domingo. Foram 12 horas de manifestação, marcadas por muita violência. Só ontem, a

ação resultou na destruição de 22 ônibus (...). Foram presas 32 pessoas e o trânsito parou. Para desespero da população, os atos foram assistidos por uma passiva Polícia Militar, (...). No fim da tarde, a Conde da Boa Vista se transformou em praça de guerra. De um lado, **estudantes** jogavam pedras. O Batalhão de Choque respondia com bombas de efeito moral e spray de pimenta. **Os jovens** adotaram a estratégia de movimento itinerante, percorrendo os principais corredores do Centro (Vândalos à solta. *Jornal do Commercio*, 19.11.2005).

Com base nesse exemplo, pode-se dizer que a operação de retomada nem sempre pode ser considerada como uma retomada do referente quanto as suas propriedades, mas apenas como um “cálculo referencial”, ou uma “espécie de remissão” que estabelece o contínuo tópico.

Contudo, em se tratando das anáforas não correferenciais, há dois procedimentos: i) a expressão anafórica pode apenas considerar (homologar) as transformações feitas anteriormente ou ii) pode operar modificação do objeto de discurso, ao introduzir novos conhecimentos ou predicacões, que contribuem para perspectivar o referente, assinalando o ponto de vista que orienta argumentativamente a reportagem. O trecho abaixo é a continuação do exemplo (9). Nele aparecem as expressões “os arruaceiros” e “os manifestantes”, casos de AD não correferenciais, que homologam as transformações sofridas pelo referente, evidenciando o ponto de vista do jornal a respeito destes atores (estudantes). O mesmo acontece com a expressão encapsuladora “o clima de tensão”, configurando um caso de AI.

(8) (continuação)

Na Dantas Barreto, um coletivo quase foi virado pel **os arruaceiros**. **O clima de tensão** predominou e, temendo saques e destruição, o comércio fechou as portas. Por volta das 21h, quando um pequeno grupo ainda resistia na Agamenon Magalhães, houve racha entre os líderes e o movimento se dispersou. **Os manifestantes** prometem mais confusão para a próxima semana.

Essas expressões, então, são uma evidência de que a anáfora não pode ser tratada como um fator de “clonagem referencial”, tal como critica Marcuschi (2005), ou como um mero processo de identificação de referentes salientes, por uma abordagem localista (“*approche localisante*”), contestada por Kleiber (1994). Do contrário, os aspectos cognitivos e axiológicos mobilizados no processamento anafórico seriam desprezados, o que só reafirma a insustentabilidade da noção estreita de anáfora, para a qual a correferencialidade é decisiva.

3 Considerações finais

Mais do que uma questão de retomada ou de identificação referencial, a anáfora é antes de tudo um problema de referência e de interpretação referencial. Nisto reside a necessidade de se interrogar sobre os aspectos não apenas linguísticos, mas pragmáticos, sociocognitivos, discursivos e interacionais, que interferem no seu processamento. Assim, a noção de âncora textual e a não obrigatoriedade de um antecedente explícito no cotexto revelam que o conceito de anáfora no sentido estrito não se sustenta. Nesse sentido, as noções de retomada e correferência não podem por si só responder pelo processamento anafórico, porque, se assim o fosse, continuaríamos a tratar: i) a coerência como uma propriedade do texto, ii) a referência como uma relação especular entre língua e mundo pela busca do antecedente para atender às relações no nível cotextual e iii) a anáfora como um mecanismo de substituição na relação interfrástica.

Muito além disso, a anáfora é um fenômeno sociocognitivo-discursivo complexo que participa da progressão referencial, desempenhando papel fundamental na construção da coerência e na representação de pontos de vista no discurso, como evidenciam estudos mais recentes acerca da relação entre referenciação e argumentação, referenciação e ponto de vista. É, portanto, estratégia de referenciação e, sem dúvida alguma, um fenômeno axiológico. Em outros termos, a forma de apresentar os referentes – através de formas nominais – que podem vir a ser tópicos no discurso, com maior ou menor visibilidade, configura-se como uma estratégia argumentativa nos gêneros analisados.

Portanto, as formas nominais orientam a compreensão do texto e do elemento em destaque, que pode ser não apenas um objeto específico, alvo de discussão, o que é bem evidente nos exemplos 4 a 6, mas também outro enunciador (alvo de críticas), como se observa nos exemplos 7 e 8. Nesse sentido, a associação entre anáfora e ponto de vista pode apontar para a relação que se estabelece entre enunciadores no discurso. No caso dos produtos analisados, põe-se à mostra a relação dissonante entre leitor e governantes (exemplo 6), jornal e governo (exemplo 7) e entre jornal e estudantes, evidenciando a dissimetria enunciativa que se estabelece no discurso.

Referências

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M-J. Construction de la référence et stratégies de désignation. **TRANEL** (Travaux Neuchâtelois de Linguistique), n. 23, p. 227-271, 1995.

APOTHÉLOZ, D. Nominalisations, référents clandestins et anaphores atypiques. **TRANEL** (Travaux Neuchâtelois de Linguistique), n. 23, p: 143-173, 1995.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012. 173p.

CAVALCANTE, M. M. et al. (Org.) **Texto e discurso sob múltiplos olhares: referência e outros domínios discursivos**. v.2. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. 269p.

CORTEZ, S. L. Ponto de vista em representação: a construção dos objetos de discurso em reportagens de revista feminina. **Investigações**, v.24, n° 2, p. 81-101, 2011.

CORTEZ, S. L.; KOCH, I. G. V. (no prelo). A construção do ponto de vista por meio de formas referenciais. In: CAVALCANTE et al. (Org.) (no prelo). **Referência: teoria e prática**. São Paulo: Cortez.

CUNHA LIMA, M. L. Artigo Indefinido e Anáfora. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, v. 44, p. 133-144, 2003.

- KLEIBER, G. **Anaphores et pronoms**. Louvain-la-Neuves : Duculot, 1994.
- KOCH, I. G. V. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 223p.
- KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 190p.
- KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002. 168p.
- KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. **D.E.L.T.A.**, 14, n. Especial, p. 169-190, 1998.
- MARCUSCHI, L.A.; KOCH, I. G. V. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In ABAURRE, M.B. (Org). **Gramática do Português falado**. v.8 Campinas: Edunicamp/Fapesp, 1997. p. 31-58.
- MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, 170p.
- MARCUSCHI, L. A. O barco textual e suas âncoras. In KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-102.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référénciation. **TRANEL** (Travaux Neuchâtelois de Linguistique), n. 23, p. 273-302, 1995.
- MONDADA, L. **Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: Approche linguistique da la construction des objets de discours**. Lausanne: Université de Lausanne, 1994.
- RABATEL, A. La part de l'énonciateur dans la construction interactionnelle des points de vue. **Marges Linguistiques**, n.9, p. 115-136, 2005.

Recebido em novembro de 2012.

Aprovado em dezembro de 2012.

SOBRE A AUTORA

SUZANA LEITE CORTEZ é doutora pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professora/pesquisadora da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), onde desenvolve o projeto “Vozes e representação de pontos de vista em contexto argumentativo”. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: referenciação, construção do ponto de vista, processamento textual, livro didático e formação de professor. Organizou o livro “Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística” com Antônio Carlos Xavier (Parábola, 2003). Entre suas publicações, destacam-se: *Objets de discours et expression du point de vue: la dynamique d’affirmation de soi en contexte argumentatif* In: *Mémoires de la Société Néophilologique de Helsinki*. 1 ed. Helsinki : Société Néophilologique, 2010, v. LXXXI; *Ponto de vista em representação: a construção dos objetos de discurso em reportagens de revista feminina*. Investigações (UFPE. Impresso), v.24, 2011 e *Estilo e construção do ponto de vista em textos da mídia escrita*. Revista Comunicação Midiática (UNESP) , v.6, p. 90 – 109.
E-mail: sucortez@terra.com.br